
A FOME GLOBAL DIANTE DOS DESAFIOS APRESENTADOS PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Global Hunger in the Face of Challenges Presented by Contemporary Society

Guido Ruviano Neto¹
Gabriel Kerpel Machado²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo traçar considerações a acerca do desperdício de alimentos frente insegurança alimentar no mundo e os grandes impactos econômicos e ambientais que tal desperdício pode causar. Enquanto milhares de pessoas morrem todos os dias de desnutrição, milhares de toneladas de alimentos, em perfeitas condições para o consumo, são descartados, assim, é muito importante observar tal problemática em sua escala real, já que o desperdício de alimentos talvez não pareça algo muito grave, porém quando se compreende a magnitude do problema como um todo, se percebe a gravidade da situação, já que os impactos não são somente econômicos, mas também sociais e ambientais. Observa-se que muitas vezes, alimentos são jogados fora por não terem uma boa aparência ou até mesmo por um problema de conservação e logística, enquanto milhares de pessoas poderiam usufruir de tais alimentos para a própria subsistência, ou seja, para se manter vivo. Ademais, o cenário pandêmico trazido pela Covid-19 colocou o mundo em colapso e potencializando grandes problemas sociais, como no caso da fome no mundo. Visando abordar a problemática levantada, optou-se pela metodologia quantitativa, na qual se utiliza de dados e estatísticas para se chegar ao objetivo, ainda, também se utilizou do método de pesquisa dedutivo, através da apuração de dados em sites, legislação e artigos, nos quais se fez um apanhado geral a fim de solucionar uma problemática. Logo, fora constatado que o desafio em termos de Brasil não passa pela produção e sim pela distribuição de alimentos para quem os necessita, se tratando de termos globais, mais desafios estarão envolvidos, como causas naturais ou até mesmo guerras.

Palavras-chave: Alimentos, COVID-19, Desperdício, Fome.

ABSTRACT

The purpose of this article is to provide insights into food wastage in the face of global food insecurity and the significant economic and environmental impacts that such waste can cause. While thousands of people die every day from malnutrition, thousands of tons of perfectly edible food are discarded. It is crucial to examine this issue on a global scale because food waste might not seem like a grave matter individually. However, when the full extent of the problem is understood, the severity of the situation becomes apparent, as the impacts are not only economic but also social and environmental. Often, food is thrown away because it doesn't look appealing or due to preservation and logistics issues, while many people could benefit from this food for their sustenance, to keep themselves alive. Furthermore, the COVID-19 pandemic has exacerbated social issues such as global hunger, pushing the world to the brink of collapse. To address the issue at hand, a quantitative methodology was chosen, involving the use of data and statistics to reach the objectives. Additionally, a deductive research method was employed, collecting data from websites, legislation, and articles to gain a comprehensive understanding of the problem. It was observed that the challenge in Brazil is not related to food production but rather to food distribution to those in need. On a global scale, more challenges are involved, including natural disasters and even wars.

Key-words: COVID-19, Food, Hunger, Wastage.

¹ Mestre em Nanociências, UFN, guido.ruviano@gmail.com

² Bacharel em Direito, FADISMA, gabriel.km@gmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Independentemente da diversidade cultural, religiosa ou étnica, a insuficiência alimentar é universalmente rechaçada, sendo o receio de sua manifestação um dos sentimentos mais pungentes na experiência humana, não obstante, a humanidade persiste em conviver com essa adversidade desde tempos imemoriais, e sua erradicação continua a ser elusiva (ROSANELI, 2020).

Sendo assim, para empreender eficazmente a mitigação da carência alimentar, torna-se premente aprofundar a compreensão acerca das raízes subjacentes desse problema, seja por desencadeamento de conflitos armados e contendas políticas ou por intermédio de caprichos da natureza imprevisível, a verdade incontestável é que a fome figura entre os mais nefastos flagelos da trajetória humana ao longo da história (ZACARIAS, 2000).

Desse modo, a agricultura e a garantia de segurança alimentar emergem como elementos de primordial importância na edificação da paz e na resolução de conflitos, visto que a história da humanidade tem sido incessantemente caracterizada por ciclos ininterruptos de violência e escassez de alimentos, logo, esses conflitos, por sua vez, transcendem as fronteiras nacionais, adquirindo uma dimensão global (VASCONCELOS, 2004).

Além disso, no mês de fevereiro de 2020, a pandemia de Covid-19 aportou no território brasileiro, ocasionando repercussões significativas nos âmbitos socioeconômicos, impondo uma sobrecarga crítica ao sistema de saúde e remodelando os padrões de interação social dos cidadãos brasileiros, este evento exacerbou as disparidades sociais preexistentes e debilitou as estruturas das redes de seguridade social, comprometendo de maneira concreta a saúde das comunidades mais vulneráveis (MACHADO; GARCIA, 2022).

Assim, o presente trabalho busca levantar dados com o propósito de obstar a recorrência desse padrão nefasto, sendo a segurança alimentar ser concebida como um mecanismo preventivo e um instrumento de mitigação propício à promoção da paz e da segurança, por meio de uma pesquisa que adotou uma abordagem metodológica quantitativa, a qual se fundamenta na utilização de dados e estatísticas como ferramentas para alcançar os objetivos da pesquisa. Além disso, empregou-se o método de pesquisa dedutivo, que envolveu a coleta e análise de informações de diversas fontes, incluindo sites, legislação e artigos, assim, por meio desse levantamento abrangente, buscou-se resolver a questão em análise.

2. METODOLOGIA

Visando abordar a problemática levantada, optou-se pela metodologia quantitativa, na qual se utiliza de dados e estatísticas para se chegar ao objetivo, ainda, também se utilizou do método de

pesquisa dedutivo, através da apuração de dados em sites, legislação e artigos, nos quais se fez um apanhado geral a fim de solucionar uma problemática.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO

A fome, como uma questão premente, afeta indivíduos que sofrem de subnutrição, ou seja, pessoas que consistentemente não têm acesso a uma quantidade adequada de calorias para atender às suas necessidades energéticas diárias, assim, estima-se que aproximadamente 795 milhões de pessoas estejam nessa situação atualmente, em termos mais claros, uma em cada nove pessoas em todo o mundo enfrenta a subnutrição, vale destacar que a grande maioria, ou seja, cerca de 780 milhões desses indivíduos, reside em países em desenvolvimento (RIZZO, 2017).

Portanto, é evidente que a problemática da fome é especialmente pronunciada nos países em desenvolvimento, com a maioria da população empobrecida e subnutrida residindo em áreas rurais, onde a agricultura familiar é o principal modelo de produção, logo, aproximadamente 75% da população global em situação de pobreza habita em áreas rurais, conseqüentemente, os pequenos agricultores enfrentam uma probabilidade quatro vezes maior de viverem na pobreza em comparação com aqueles empregados em outros setores econômicos (RIZZO, 2017).

A sociedade contemporânea se configura como uma vasta sociedade de massas, na qual predominam processos de produção em larga escala e distribuição em massa de bens e serviços, nesse cenário, o consumo supérfluo, a produção incessante e a acumulação de resíduos contribuem de forma substancial para um dos mais prementes dilemas ambientais da atualidade: a exaustão e a contaminação dos recursos naturais (ZACARIAS, 2000).

Logo, o resíduo domiciliar, decorrente do modelo industrial de consumo, emerge como uma das principais inquietações ambientais contemporâneas, transformando-se em uma questão crítica tanto nas pequenas como nas grandes aglomerações urbanas em todo o globo terrestre (ZACARIAS, 2000).

Desse modo, surge uma reflexão pertinente acerca do consumo exacerbado, no qual os objetos que adquiridos não estão intrinsecamente ligados a uma função específica ou necessidade claramente definida, mas sim vinculados à dinâmica social ou ao impulso do desejo, assumindo uma dimensão simbólica relevante, seguindo nessa perspectiva, a aquisição de determinados objetos, como, por exemplo, um veículo automotor, é motivada muito mais pelo status social que confere e pela busca da distinção social do que pela sua utilidade prática (BAUDRILLARD, 1995).

Portanto, a necessidade subjacente não é puramente a de possuir um objeto em particular, mas sim a de se alinhar com determinados valores culturais e a possibilidade de estabelecer diferenciações

sociais, logo, é por isso que a satisfação nunca é plenamente alcançada, visto que o consumo muitas vezes não está enraizado em necessidades essenciais, mas sim em aspirações sociais e desejos que, por sua natureza insaciável, perpetuam um ciclo de busca incessante por mais (BAUDRILLARD, 1995).

Entretanto, como pode-se definir quais as causas da fome, a manifestação concreta da fome resulta de uma complexa interação de fatores políticos, econômicos e naturais, logo, casos de escassez alimentar podem ter origem em políticas públicas deficientes ou em sistemas logísticos inadequados para a distribuição de alimentos, sendo que em algumas nações, a pobreza e a violência exercem influência prejudicial sobre os processos agrícolas e a distribuição de recursos alimentares (ROSANELI, 2020).

Desse modo, essa lacuna está fundamentalmente enraizada na estrutura social existente, que, nas circunstâncias atuais, revela-se altamente desigual, nesse contexto, as populações carentes dispõem de recursos financeiros extremamente limitados, o que restringe sua capacidade de adquirir alimentos para consumo, logo, a oferta de alimentos, tanto em termos de quantidade quanto de variedade, está direcionada principalmente para os centros urbanos, onde se concentram indivíduos com maior poder aquisitivo (RIZZO, 2017).

Ainda, eventos naturais, como inundações, secas, erupções vulcânicas, terremotos e outros desastres naturais, figuram entre as causas ambientais da fome, por outro lado, conflitos armados, guerras civis, gestão inadequada de recursos e outros eventos de caráter humano são considerados razões artificiais que também podem desencadear a fome em uma determinada região (ROSANELI, 2020).

Ademais, se faz pertinente expor os efeitos mais frequentes da fome, especialmente em países do terceiro mundo, que incluem a desnutrição calórico-proteica, que é causada pela falta de ingestão de calorias e proteínas necessárias para o organismo, além disso, são observadas condições como xeroftalmia, que resulta da deficiência de vitamina A e pode levar à cegueira, anemia devido à insuficiência de ferro, raquitismo decorrente da falta de vitamina D, bócio, que se caracteriza pelo aumento da glândula tireoide, e distúrbios relacionados à carência de vitaminas do grupo B, sendo que estas últimas desempenham um papel fundamental no funcionamento adequado do sistema digestivo e na eficácia do aproveitamento energético dos alimentos (RIZZO, 2017).

Dessa forma, é fundamental compreender que a realização do direito humano à alimentação adequada vai além da mera disponibilidade de alimentos, mesmo que sejam saudáveis, logo, isso envolve o respeito às práticas e hábitos alimentares das pessoas, a consideração do estado de saúde individual, a prestação de cuidados especiais a grupos social e biologicamente vulneráveis, como

crianças, gestantes, idosos e pessoas com necessidades especiais, entre outros, além disso, é um processo que implica capacitar cada ser humano para prover comida e nutrição dignamente, seja por meio do seu trabalho no campo ou na cidade (VALENTE, 2003).

No contexto brasileiro, esbarra-se na realidade de conviver com a grande maioria dos resíduos gerados, de acordo com informações fornecidas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o país registra uma produção diária de 241.614 toneladas de resíduos sólidos, sendo que dessas quantidades, estima-se que aproximadamente 40% do lixo produzido sequer seja recolhido de forma adequada, ainda que mesmo entre os resíduos que são efetivamente coletados, uma parcela significativa encontra destinos inadequados, sendo despejados em córregos, rios, praias, encostas e canais (ZACARIAS, 2000).

Desse modo, a complexidade desse problema é exacerbada pelo aumento da utilização de produtos de uso único, como plásticos, alumínio e vidro, além do crescimento notável da presença de substâncias tóxicas, tais como solventes, tintas, agentes químicos venenosos e pilhas, logo, essa conjuntura evidencia a urgência da implementação de políticas e práticas voltadas para a gestão responsável dos resíduos sólidos, com foco na redução, reciclagem e disposição final adequada, visando mitigar os impactos ambientais negativos e proteger a saúde pública (ZACARIAS, 2000).

Ainda, o Brasil enfrenta desafios consideráveis em relação à qualidade de sua base de dados, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dos distúrbios nutricionais e de suas implicações para a saúde e a mortalidade de grupos específicos, além disso, as dimensões da fome e da má nutrição no país são bastante diversas e não podem ser adequadamente compreendidas apenas por meio de análises estatísticas convencionais, assim, as distintas realidades exigem uma avaliação qualitativa para que seja possível abordar efetivamente os problemas fundamentais e orientar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que tenham um impacto real (VALENTE, 2003).

A fome e o desperdício de alimentos representam dois dos principais desafios enfrentados pelo Brasil, configurando um paradoxo em um país que figura como um dos maiores exportadores globais de alimentos e, ao mesmo tempo, é um dos líderes em desperdício de comida, logo, o Brasil produz milhões de toneladas de alimentos anualmente e é um dos principais exportadores de produtos agrícolas do mundo, no entanto, essa realidade coexiste com a existência de milhões de pessoas excluídas que não têm acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas (CARDOSO *et al.*, 2015).

Ademais, no contexto da fome no Brasil, é importante destacar que o país possui um histórico significativo de ações e políticas que o levaram a ser reconhecido internacionalmente como uma

referência nesse tema, como a prioridade na agenda nacional a partir de 2003, adoção de objetivos na formulação de políticas, criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como resultado, em 2014, o país oficialmente deixou de fazer parte do Mapa da Fome das Nações Unidas, o que significa que menos de 5% da população estava submetida a níveis considerados insuficientes de ingestão calórica para sua sobrevivência (FREITAS, 2020).

Outrossim, o Relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), confirmou uma piora nos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil, assim, de acordo com o relatório de 2022, 70,3 milhões de pessoas no país enfrentaram um estado de insegurança alimentar moderada, o que significa que tiveram dificuldades para obter alimentos, além disso, o levantamento apontou que 21,1 milhões de brasileiros passaram por uma situação de insegurança alimentar grave, caracterizada pela presença de fome (BRASIL, 2023).

Assim, como mencionado anteriormente, o Brasil havia conquistado a saída do Mapa da Fome em 2014, mas a partir de 2016, os indicadores começaram a deteriorar, culminando no retorno em 2022 e agravando ainda mais sua situação, conforme indicado no relatório atual e segundo o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, esse retrocesso é resultado do enfraquecimento das políticas públicas sociais ao longo dos últimos anos, diante desse cenário, o Governo Federal, em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e outros 23 ministérios, está em processo de elaboração do plano "Brasil sem Fome", com o objetivo de enfrentar esse desafio e combater a insegurança alimentar no país (BRASIL, 2023).

Conforme o derradeiro Relatório intitulado "O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo" , divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em julho de 2021, aproximadamente 690 milhões de indivíduos enfrentaram situações de subnutrição no ano de 2019, correspondendo a uma parcela equivalente a 8,8% da população global, acontece que com a pandemia da COVID-19, exacerbou as dificuldades de nações já previamente vulneráveis, introduzindo novas adversidades, entre as quais se destacam as instabilidades nos sistemas de abastecimento alimentar (MITTERMAYER, 2021).

Ainda, observou-se que alguns países situados nas regiões da África, América Latina e Oriente Médio, que já enfrentavam históricos desafios relacionados à fome, agravaram ainda mais seus índices nos anos de 2020 e 2021, resultando em um nível substancial de insegurança alimentar e desnutrição aguda, além disso, houve o surgimento de novos países com taxas elevadas de subnutrição devido às repercussões da pandemia, desse modo, de acordo com informações da

UNICEF, mais de 10 milhões de crianças estavam em risco de sofrer de desnutrição aguda até o final de 2021 (MITTERMAYER, 2021).

Nesse contexto, o Brasil, que havia conseguido sair do mapa da fome em 2014, lamentavelmente viu o ressurgimento de índices de insegurança alimentar em suas regiões mais economicamente desfavorecidas, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), durante o período da pandemia, aproximadamente 17,7 milhões de indivíduos retornaram à situação de pobreza, elevando o número total para 27,2 milhões de pessoas afetadas por essa condição, logo, este retrocesso é motivo de preocupação e requer a atenção de políticas públicas e medidas eficazes para mitigar os impactos adversos da pandemia nas camadas mais vulneráveis da população (FREITAS; NETO; D'AVILA, 2021).

Além disso, o aumento nos preços dos itens essenciais da alimentação emerge como um fator que agrava os níveis de insegurança alimentar, sendo que este aumento pode ser atribuído a uma série de fatores, entre os quais se destacam a volatilidade das taxas de câmbio, a ausência de uma estratégia de abastecimento planejada a nível nacional, a falta de estoques reguladores de alimentos e o notório aumento da inflação em alimentos e bebidas, de acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esses produtos experimentaram um aumento acumulado de 14,36% ao longo de 2020, assim, pode-se observar que à medida que o poder de compra da população diminui, cresce a dependência de iniciativas solidárias e filantrópicas que se disseminam por todo o país (FREITAS; NETO; D'AVILA, 2021).

Nessa senda, o setor pecuário, em especial os abatedouros de aves, ilustra a vulnerabilidade da indústria, se tratando tanto no Brasil quanto no cenário global, vários abatedouros enfrentaram surtos de Covid-19 entre seus trabalhadores, devido à disposição de trabalho em proximidade nas esteiras de produção, o que tornou o distanciamento impossível e colocou em risco a saúde dos funcionários, ainda, na região Sul, os frigoríficos foram identificados como potenciais focos de disseminação do novo coronavírus, sendo considerados como locais de grande propagação da doença, conhecidos como "super-spreaders" (MACHADO; GARCIA, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome representa a expressão social de um processo de exploração que priva os seres humanos de um de seus direitos mais fundamentais: o direito a ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas para a preservação da vida. Logo, a fome pode ser interpretada como uma negação do princípio fundamental de igualdade de direitos para todos os indivíduos e, conseqüentemente, torna-se uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, fato que ficou

evidenciado pós pandemia do Covid-19, que acabou por desencadear problemas ainda maiores com relação ao combate da fome em cenário global e brasileiro.

Portanto, o desafio de combater a fome no Brasil não está vinculado à produção insuficiente ou à escassez de recursos, mas, ao contrário, está relacionado à questão da produção e distribuição do excedente. Logo, a transformação dos sistemas alimentares desempenha um papel crucial na busca pela segurança alimentar, na promoção da nutrição adequada e na garantia do acesso a dietas saudáveis para toda a população.

Desse modo, o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para superar a fome e a desnutrição requer um esforço conjunto de integração e coordenação das ações governamentais, bem como uma colaboração estreita com as iniciativas da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. A **sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social**. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acessado em: Ago. 2023.

CARDOSO, F. T. *et al.* **Aproveitamento integral de alimentos e o seu impacto na saúde**. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16105>. Acessado em: Ago. 2023.

FREITAS, G. C. **O agravamento da fome: o Covid-19 e suas consequências**. 2020. Disponível em: https://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/o-agravamento-da-fome-o-covid-19-e-suas-consequencias/. Acessado em: Ago. 2023.

FREITAS, G. C.; NETO, L. A. A.; D'AVILA, C. **Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa em um país assolado pela Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1953-fome-no-brasil-a-incerteza-da-comida-na-mesa-em-um-pais-assolado-pela-covid-19.html>. Acessado em: Ago. 2023.

MACHADO, L. S.; GARCIA, E. L. **Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>. Acessado em: Ago. 2023.

MITTERMAYER, B. **Fome no mundo e o impacto da Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/fome-e-covid-19/>. Acessado em: Ago. 2023.

RIZZO, E. **Fome no mundo: causas e consequências**. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/fome-no-mundo-causas-e-consequencias/>. Acessado em: Ago. 2023.

ROSANELI, C. F. **Fomes contemporâneas**. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

VALENTE, F. L. S. **Fome, desnutrição e cidadania**: inclusão social e direitos humanos. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100008>. Acessado em: Ago. 2023.

VASCONCELOS, F. A. G. **Fome, solidariedade e ética**: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200003>. Acessado em: Ago. 2023.

ZACARIAS, R. **Consumo, lixo, e educação ambiental**: uma abordagem crítica. Juiz de Fora: FEME, 2000.